

Alfabetização e método global de contos: representações e práticas de professoras montes-clarenses¹

Eduardo Ramos Nascimento²

Geisa Magela Veloso³

Regina Coele Cordeiro⁴

INTRODUÇÃO

O artigo é resultante de pesquisa desenvolvida no contexto da História Cultural, abordagem compreendida por Vainfas (1997) como modalidade de pesquisa que tem apreço pelo informal e pela manifestação das massas anônimas sem, no entanto, desconsiderar as manifestações da elite. O estudo tem por objetivo resgatar memórias de professoras alfabetizadoras de Montes Claros – MG, visando compreender representações e práticas produzidas em torno do método global de contos, que passa a ser utilizado em substituição ao método silábico. Pretende-se preencher lacunas da historiografia local identificando dificuldades, problemas ou resistências produzidas para adoção do método global de contos, como também as possíveis vantagens percebidas em torno dessa metodologia de ensino, que representava a modernidade pedagógica na alfabetização por focalizar a compreensão dos textos, desde o início do processo de ensino das habilidades de ler e escrever, em lugar da mera decifração.

Dada a escassez de fontes documentais, que nos permitam resgatar a memória e reconstituir a história da alfabetização em Montes Claros, utilizamos as fontes orais como principal fonte de pesquisa, por entender as professoras como artífices da história, como sujeitos produtores de cultura. A pesquisa, em andamento, foi viabilizada pela realização de entrevista com nove professoras alfabetizadoras que exerceram sua atividade docente entre a década de 1930 a 1970, através das quais temos construído respostas para algumas questões relativas à alfabetização e a prática docente, sobretudo, em relação às dificuldades encontradas em trabalhar com o método global e os resultados obtidos na alfabetização das crianças. No entanto, o resgate da memória das professoras tem sido

¹ A pesquisa foi aprovada pelo Parecer 1280/CEP do Comitê de Ética da Unimontes.

² Licenciado em Pedagogia pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). E-mail: eduardorn2@yahoo.com.br

³ Doutora em Educação (FaE-UFMG). Professora da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). E-mail: velosogeisa@gmail.com

⁴ Mestre em Educação (FaE-UFMG). Professora da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). E-mail: coele@ig.com.br

complementado pelo jornal *Gazeta do Norte*, publicação local que circulou entre 1918 e 1963, e pela *Revista do Ensino*, periódico oficial do governo mineiro criado com a finalidade de divulgar ideais e práticas renovadoras. O recorte temporal incluiu as décadas de 1930 a 1970, período marcado por significativas transformações sociais, econômicas, culturais, dentre as quais situamos a Reforma Francisco Campos, implementada pelo governo mineiro na década anterior (1927-1928), cujos reflexos nas práticas educativas se fizeram sentir, sobretudo nos primeiros anos da década de 1930.

A década de 1920, período que antecede ao tempo histórico que recortamos para análise e no qual foram gestadas as modificações implementadas a partir da década seguinte, é considerada como a origem do Brasil Moderno (DE LORENZO e COSTA, 1997). Segundo Araújo, a década de 1920 depositou “[...] uma confiança inaudita num futuro genuinamente democrático e próspero, permitido pelo progresso liberal das artes, das ciências e de uma educação escolar integral e científica” (2004, p.135). Para o autor, no inventário geral dessa época há uma aposta de que a unidade nacional provinha de uma educação escolar integral e de pilares científicos, sendo possível identificar toda uma geração empenhada em delinear e fabricar um Brasil moderno.

Ou seja, a presente pesquisa situa-se em um contexto que compreende que o desenvolvimento econômico e social dependia da alfabetização da população. Dessa forma, para que o país não se caracterizasse como uma nação atrasada, esforços deveriam ser feitos para a alfabetização da população. Um cidadão que ainda não foi escolarizado, que não aprendeu a ler nem escrever estava privado da cultura escrita, das informações que circulam na sociedade pela escrita, e ainda representava um problema para o desenvolvimento nacional.

Dada a centralidade do saber ler e escrever, a alfabetização e as metodologias adotadas para esse ensino ocupam lugar de destaque nas preocupações da época. Segundo Maciel e Frade (2006), as disputas entre metodologias sintéticas e analíticas ganham reforço a partir de estudos e pesquisas realizadas nos últimos anos do século XIX, que indicam que a leitura não se faz letra por letra, sendo que essa constatação coloca em dúvida a adoção de métodos de marcha sintética (que propõem ensinar a leitura a partir das letras e sílabas). Contudo, a maior visibilidade para o método global se dá a partir das décadas de 1920-30, com a disseminação de ideais da Escola Nova.

Em Minas Gerais, o método global de contos foi prescrito como metodologia a ser adotada nas escolas públicas a partir de 1927, ano em que o governador Antônio Carlos propõe a Reforma Francisco Campos, visando a renovação dos processos educativos. A reforma foi implementada pelo Regulamento do Ensino publicado em 15 de outubro de 1927, como parte dos festejos pelo centenário da primeira lei sobre instrução pública promulgada no Brasil independente. A *Revista do Ensino*, periódico oficial de grande circulação no estado, em sua edição especial comemorativa do centenário, deu grande destaque à lei e aos esforços do governo mineiro em reverter as péssimas condições em que se encontrava a educação, e em especial a alfabetização da população. Na época em que foi promulgada a reforma, o cenário educativo brasileiro não era dos melhores e esses problemas, em parte, eram atribuídos à inconsistência dos métodos, a falta de materiais e ao despreparo dos professores. A alfabetização/escolarização era concebida como ponte para o progresso e o desenvolvimento. Saber ler e escrever estavam diretamente ligados a ideia de modernidade e de avanço (FARIA FILHO e VIDAL, 2005).

A Reforma Francisco Campos tornou-se um marco na história da alfabetização de Minas Gerais, trouxe grandes inovações metodológicas, sendo que o uso do método global para alfabetização de crianças fazia parte dessas mudanças. No entanto, conforme pesquisa de Maciel e Frade (2006), a implantação do novo método enfrentou a resistência das professoras e de pais de alunos, sendo que a maior dificuldade para aplicação do método estava na falta de material pedagógico de apoio. As professoras da época estavam acostumadas a trabalhar com o uso de cartilhas fundamentadas no método sintético de alfabetização e, por se tratar de um “novo” método, até então desconhecido por grande parte do professorado mineiro, a falta de material constituiu-se como elemento dificultador para adoção do método global de contos.

O método sintético de alfabetização, como explica Maciel (2006), “vai da letra e/ou da sílaba a palavra, procura estabelecer relações entre os sinais gráficos de um lado, e os sons e as articulações, de outro”. Ou seja, no método sintético, parte-se das unidades menores (letras, sons e sílabas) para se chegar as palavras, frases e textos. Ainda conforme a autora, o método analítico faz o caminho contrário do sintético, “parte da linguagem escrita, tal como se apresenta, ensina a criança palavras inteiras, textos com sentido completo, os quais são, depois, analisados, fragmentados, e, pela combinação destes fragmentos, se formam novos vocábulos”. Desta forma, o método analítico de

alfabetização procura dar maior sentido ao processo de aprendizado inicial da leitura e da escrita para a criança, propondo atividades que levam o educando não só a decodificar as palavras, mas ao reconhecimento delas nas frases e textos.

Conforme indicam Maciel e Frade (2006), em 1929, cumprindo a tarefa de difundir o método global e sustentar o novo modelo de escola, o governo mineiro criou em Belo Horizonte a Escola de Aperfeiçoamento. Estudaram na escola professoras selecionadas de diversas partes do estado e devido ao sucesso passou a atender professores de outros estados. Os conhecimentos obtidos na Escola de Aperfeiçoamento deveriam ser socializados pelas professoras que frequentaram o curso, depois que retornavam para a sua região de origem e passavam a funcionar como técnicas do ensino. O principal objetivo da escola era difundir a metodologia analítica e outras inovações pedagógicas, oferecendo um apoio pedagógico às professoras para adoção do novo método. Assim, como afirma Yazbeck (2009):

A reforma mineira vai se deter em focar os aspectos internos da escola primária, o que significa intervenção imediata no interior da instituição, através das modificações metodológicas e nas dinâmicas do trabalho escolar, sem deixar de oferecer aos professores condições de aperfeiçoamento através de *Escola de Aperfeiçoamento*, freqüência a congressos educacionais e acesso a produção científica da época (p. 39).

Cumprindo o seu papel de disseminar as inovações pedagógicas a Escola de Aperfeiçoamento lançou um concurso para produção de material pedagógico que contemplasse os ideais do método global. Na Escola de Aperfeiçoamento o concurso foi organizado por Lúcia Casasanta, uma das maiores divulgadoras do método global, sendo que a iniciativa resolveria um dos maiores problemas enfrentados pelo professorado, que era justamente a falta desse tipo de material adequado para se trabalhar com o novo método. Do concurso promovido pela Escola resultou uma produção didática que merece ser destacada, dentre elas o “*Livro de Lili*”, de autoria de uma das alunas da Escola. O pré-livro, como era chamado, tornou-se um grande sucesso no meio educativo da época, tendo sido utilizado oficialmente pelo governo de Minas Gerais a partir de 1940, ano em que foi publicado pela Editora Francisco Alves, tendo estendido o seu sucesso até a década de 1960. No decurso desse tempo, em 1954, a própria Lúcia Casasanta também lançou um pré-livro de sua autoria, “*Os Três Porquinhos*”, que também fez muito sucesso junto ao professorado mineiro, e juntamente com o “*Livro de Lili*” foi um dos livros mais utilizados entre as décadas de 1950-70 (MACIEL e FRADE, 2006).

Nesse contexto de mudanças situamos a cidade de Montes Claros, procurando entender o processo pelo qual as professoras montes-clarenses encararam o desafio de seguir a prescrição oficial e adotar o método global de alfabetização.

A ADOÇÃO DO MÉTODO GLOBAL DE CONTOS PARA ALFABETIZAÇÃO EM MONTES CLAROS

Conforme Graff (1994) e Cook Gumperz (1991), para as culturas ocidentais, desde a primeira metade do século XIX, a alfabetização e as habilidades de ler e escrever apresentavam-se como fundamento e inspiração para as mudanças, por se considerar que o acesso à cultura escrita era fator de mudanças nas mentalidades e nas sociabilidades. Por essa compreensão, a alfabetização e o uso social da leitura e da escrita era motor de significativas mudanças individuais e sociais. Na dimensão individual, a crença era que a alfabetização e o uso social das habilidades de ler e escrever seria capaz de produzir o desenvolvimento cognitivo, político, econômico, social e cultural. Na dimensão social esse aprendizado passou a ser considerado um traço da modernidade, a partir do qual se produziria a civilização e o progresso.

Por essa inteligibilidade, diferentes nações produziram uma representação positiva em torno dos benefícios individuais e sociais proporcionados pelas habilidades de ler e escrever. Dessa forma, instruir, educar, alfabetizar os cidadãos constituiu-se como ação prioritária a ser empreendida pelos governos interessados no progresso e no desenvolvimento. Nesse contexto de ampla crença no poder transformador das práticas de leitura e escrita é que situamos a cidade de Montes Claros, as professoras alfabetizadoras e sua tentativa de empreender a modernidade pedagógica no contexto local. Conforme pesquisa realizada em arquivos públicos (VELOSO, 2008), desde o final do século XIX e, sobretudo, no início do XX, um grupo de intelectuais locais, ligados ao jornal *Gazeta do Norte* e à Escola Normal Oficial de Montes Claros, empreende ações que visavam à educação e a instrução da população. Nesse empreendimento educativo, *Jornal e Escola*, a partir de sua fundação em 1915 e 1918, respectivamente, assumem a tarefa de contribuir com o projeto civilizatório e modernizador da cidade, de forma a ser possível incluí-la entre as grandes metrópoles modernas e desenvolvidas do país.

Nesse movimento modernizador, na década de 1930, a missão educativa assumida pelo *Jornal e pela Escola* foi atravessada pelo movimento da Escola Nova e

passou a visar à modernidade pedagógica, tomando a educação como base pela qual se forjaria um novo cidadão. Nesse sentido, esse novo cidadão era representado pelo indivíduo civilizado, de mentalidade moderna, orientado pela ciência, consciente de seus direitos e deveres, autodisciplinado e produtivo (VELOSO, 2008).

Nesse contexto, a escolha e a utilização de métodos de alfabetização eram ações consideradas como fator de sucesso no ensino da leitura e da escrita, pois esse primeiro aprendizado favorecia a imersão no mundo da cultura escrita e dos conhecimentos produzidos pela ciência. No entanto, em cada tempo histórico são renovados os critérios e condições indicadoras da modernidade e do desenvolvimento. Por um olhar histórico, é possível afirmar que, no contexto da cidade de Montes Claros, desde o final do século XIX, já estava presente a preocupação a alfabetização, materiais e métodos de alfabetização, sendo que, naquele momento, a modernidade pedagógica indicava a necessidade de adotar métodos e cartilhas silábicas. No entanto, no movimento de renovação da Escola Nova, moderno era negar esse método e adotar as abordagens analíticas e o método global de contos (VELOSO, 2008).

No contexto montes-clarense, a discussão sobre os métodos de alfabetização e a necessidade de mudanças pedagógicas ocorreu a partir do ano de 1933 e se polarizou em torno da rapidez de aprendizagem obtida pela adoção do método silábico, que se contrapunha a uma veemente defesa da qualidade da alfabetização resultante da aplicação do método global de contos. Segundo Pfromm Neto (1974), entre as décadas de 1910 e 1930 foram produzidas as primeiras cartilhas analíticas, que inicialmente se organizaram pelo processo da palavração e posteriormente da sentencição. No entanto, o autor considera que os debates e disputas por métodos se acirram na década de 1930, em que os partidários do método global passam a ser considerados como renovadores, em contraposição aos adeptos dos métodos sintéticos considerados tradicionalistas. Os defensores do método global pregavam a importância da aprendizagem significativa e da compreensão dos textos lidos, desde o início do aprendizado da leitura. (PFROMM NETTO, 1974).

Em defesa do método global de contos, o jornal *Gazeta do Norte* publicou matérias de natureza pedagógica, visando convencer as professoras de que o valor de um método de alfabetização não se media pela rapidez ou pela quantidade de conhecimentos que possibilitavam transmitir em um determinado tempo. A sua qualidade era medida pelo seu coeficiente educativo, e nesse sentido, o método analítico global era mais

educativo, pois ensinava a ler de forma inteligente, sendo capaz de desenvolver e formar espírito. Nesse sentido, as alunas do Curso de Aplicação da Escola Normal de Montes Claros publicaram artigos no jornal, em que destacam que a etapa destinada à alfabetização não deveria circunscrever-se à decifração, mas possibilitar a leitura compreensiva e que a atividade de ler os textos favorecesse o acesso a outros conhecimentos escolares. O jornal também explica o significado e a importância do Pré-livro, também apresentando orientações didáticas para que as professoras pudessem organizar o material didático necessário ao ensino das habilidades leitura, no processo de alfabetização (VELOSO, 2008).

Em relação às práticas desenvolvidas pelas professoras primárias montesclarenses, a análise das fontes orais produzidas nos permitiu constatar muitos pontos convergentes nos discursos das alfabetizadoras, entre as décadas de 1930 e 1970. Todas as professoras utilizaram o método global para alfabetizar, o que não significa que este tenha sido o único método utilizado e nem que todas elegeram o método global como melhor ou como método que deu melhores resultados para todas as crianças. Dentre as nove professoras entrevistadas, quatro se formaram no Colégio Imaculada Conceição e cinco na Escola Normal Oficial de Montes Claros (hoje Escola Estadual Professor Plínio Ribeiro).

Para duas professoras, formadas pela Escola Normal na turma de 1932, o método global foi utilizado por elas desde o início de sua atividade docente, sendo este um posicionamento que revela a adesão das professoras ao discurso modernizante da época e ao projeto de reforma implementado pelo governo mineiro. Isso porque, o movimento de renovação pedagógica proposto pelos defensores da Escola Nova produziu discursos favoráveis à utilização dos métodos analíticos de alfabetização, sendo que, no contexto mineiro, a sua adoção foi prescrita pela Reforma Francisco Campos implementada em 1927, defendida e disseminada pela *Revista do Ensino*.

Como órgão oficial de disseminação dos propósitos reformadores, em diferentes artigos, a *Revista do Ensino* colocou em circulação os debates em torno dos métodos, sempre destacando as vantagens do método global, que favorecia o pensamento global e a leitura inteligente pela criança. Ainda em 1928, Júlio de Oliveira defende a alfabetização pelo método analítico, e alerta os professores para possíveis confusões. A metodologia não significava decorar frases e fazer sua decomposição em sílabas, pois o objetivo do

trabalho era formar ideias para depois expressá-las, sendo importante selecionar textos coerentes e trabalhar as significações presentes (MINAS GERAIS, 1928).

Pesquisa realizada por Frade e Maciel (2006) na capital mineira indica que, na implementação da Reforma Francisco Campos, a adoção do método analítico pelas escolas mineiras gerou insegurança entre as alfabetizadoras, que se viram diante de uma situação de ensino para a qual não estavam preparadas. O maior entrave para adotar a nova metodologia de alfabetização estava na falta de suporte pedagógico, pois as professoras já estavam acostumadas com o uso de cartilhas e, de repente se viram diante da imposição de mudanças, sendo que não dispunham de livros de alfabetização e material didático fundamentado nos pressupostos do método global. Conforme as autoras, repentinamente, as professoras se viram sem suporte pedagógico para ministrarem suas aulas. Ainda segundo as autoras, procurando atender às reivindicações e críticas das professoras e precavendo-se da insatisfação, em 1929 foi criada a Escola de Aperfeiçoamento para formar multiplicadores de metodologias e práticas prescritas e difundir o ideário renovador. Na escola, sob a coordenação da professora Lúcia Casasanta foi promovido concurso entre alunas, visando à produção de manuais didáticos que seguissem os pressupostos teórico-metodológicos do método global. Esse foi contexto de produção de manuais didáticos que circularam e foram utilizados por várias décadas, como é o caso do *Livro da Lili*, de Anita Fonseca (FRADE e MACIEL, 2006).

No contexto montes-clarense, as professoras alfabetizadoras também encontraram dificuldades para adoção do método global de contos. Em Montes Claros, as discussões sobre a adoção do método global ganharam visibilidade a partir de 1933, momento em que o jornal *Gazeta do Norte* passa publicar artigos em defesa de sua utilização para a alfabetização das crianças, por considerá-lo mais adequado à aquisição das habilidades de leitura e escrita esperadas dos cidadãos modernos. A primeira referência encontrada no jornal é de Alberto Conte, que afirma a “revolução” operada pela Escola Nova e destacando que o valor e a qualidade dos métodos eram medidas pelo seu coeficiente educativo e não pela quantidade de informações repassadas aos alunos (VELOSO, 2008).

Nesse mesmo ano, visando disseminar ideias renovadoras e orientar as professoras, a *Gazeta do Norte* publica matéria de natureza pedagógica, em que Helena Santos, aluna do Curso de Aplicação da Escola Normal Oficial de Montes Claros, explicita o significado e a importância do pré-livro como material de leitura que daria suporte à alfabetização. Por defender a necessidade de leitura global e significativa, a

normalista também orienta as professoras para utilização do método global e elaboração do pré-livro. A preocupação central era que a criança aprendesse o código escrito pela compreensão dos significados inscritos nos textos e pelo reconhecimento das palavras. Daí a importância atribuída às histórias, que precisavam ser curtas e ilustradas, possibilitando a reconstituição e interpretação das idéias por meio das imagens, além de serem acrescidas de jogos e fichas para o trabalho de identificação e reconhecimento das palavras (VELOSO, 2008).

No entanto, essas publicações não foram suficientes para equacionar as dúvidas e dificuldades relativas à aplicação do método. Uma das professoras entrevistadas, formada na turma de 1932 da Escola Normal, afirma que no início da carreira, “parece-me que foi em 1934”, encontrou dificuldades para trabalhar com o novo método, pois a sua formação não contemplou conhecimentos suficientes. Sobre as orientações recebidas para trabalhar com o Pré-livro global, a professora afirma que não as recebeu. “A gente trabalhava da cabeça da gente, inventava...”. E acrescenta: “Não me lembro [se alguma disciplina do Curso Normal ensinou a trabalhar com o método global]. Sei que ensinava a didática. É tanto que quando comecei trabalhar tive muita dificuldade. Quando cheguei no Grupo Gonçalves Chaves eu já tinha muita prática. Eu tinha muita facilidade, principalmente o 1º ano novato” (BARBOSA, 14/05/2009).

Ao falar dos resultados obtidos com a aplicação do método global, a professora se posiciona de forma otimista. “No final do ano estavam todos lendo, escrevendo, contando...” E acrescenta com entusiasmo: “Nossa!!! Demais!!! Os meus alunos eram muito bons, muito obedientes e eu dava promoção para a classe inteira, porque eram alunos inteligentes. Os meninos eram filhos de pais ricos” (BARBOSA, 14/05/2009).

É interessante constatar que, mesmo passados alguns anos, as professoras ainda encontraram dificuldades no processo de aplicação da metodologia global e buscavam apoio nas colegas mais experientes. Nesse sentido, uma alfabetizadora formada no Colégio Imaculada Conceição no ano de 1945 disse que obteve ajuda na escola onde trabalhou. “O método global eu aprendi quando eu comecei a trabalhar, mas aprendi com professoras que já estavam aplicando o método global.” E em relação aos resultados obtidos a professora também avalia de forma positiva a aprendizagem dos alunos:

Esse método aqui no Gonçalves Chaves, Dom João Pimenta, Francisco Sá, essas escolas centrais era um método muito bom. Dá trabalho às mães, elas às vezes até reclamavam: “*Tá mandando muito dever de casa*”, mas era preciso

porque pouca coisa o menino não vai aprender. O resultado é muito bom, no fim do ano, pelo menos a minha classe, todos os alunos passaram, cem por cento, liam jornais, trechos de jornais e interpretando, então eles se saíram muito bem, graças a Deus (ROMANO, 04/05/2009)

Em relação aos alunos das classes economicamente favorecidas, o discurso das professoras indica que, de geral aprendiam a ler e a escrever, compreendiam os textos, praticavam leitura no cotidiano escolar, produziam textos.

No entanto, com o fracasso das camadas populares evidenciado especialmente na dificuldade de alfabetização e nos altos índices de reprovação das décadas de 1960-70, os posicionamentos sofrem modificações. Contrariamente a esse otimismo das professoras mais antigas ou mesmo das que trabalharam com alunos das escolas centrais, as professoras que alfabetizaram na década de 1970 afirmam que não obtiveram bons resultados com o uso do método global nas escolas que se situavam na periferia.

No discurso de parte das professoras, o método global era bom para os alunos das escolas centrais, mas sua aplicação fracassava na alfabetização de alunos da periferia, sendo as dificuldades atribuídas à falta de acompanhamento familiar e à baixa instrução dos pais. Pela análise das entrevistas foi possível perceber que as professoras declararam abertamente ter sido mais fácil alfabetizar com o método global as crianças das escolas centrais do que as crianças de periferia. Como pode ser verificado a partir do depoimento de uma das professoras formadas na Escola Normal, que iniciou sua carreira profissional no final da década de 1960 e alfabetizava alunos da rede particular, no Colégio Imaculada Conceição, e alunos da rede pública de ensino as diferenças no processo de ensino e nos resultados obtidos são bastante evidentes. “Alfabetizar crianças em uma escola mais elitizada é mais tranquilo do que alfabetizar crianças na periferia, pois a família é mais presente” (SOUZA, 05/06/2009). E mais, ao estabelecer comparação entre as duas redes de ensino, a professora afirma que:

Tratando-se do nível das crianças, os alunos do Colégio Imaculada aprendiam mais rapidamente. Em termo de aprendizagem os meninos aprendiam melhor. Eu tinha muito apoio da escola no que se refere o material didático oferecido para os professores, o apoio de estagiárias – alunas que faziam magistério no colégio e a assistência da família. (SOUZA, 05/06/2009).

As professoras indicam que o método global foi um método inovador, mas que dava trabalho ao professor e à escola e também às famílias das crianças que estavam sendo alfabetizadas. Esta afirmação é confirmada por uma professora entrevistada que

teve a oportunidade de trabalhar em duas escolas com condições sociais distintas. Esta professora trabalhou como alfabetizadora em uma escola central, onde recebia crianças de classes mais favorecidas e trabalhou como supervisora em uma escola de periferia, que recebia alunos oriundos de classes populares. Ao falar sobre o trabalho com o método global na escola central, a professora disse que: “Geralmente no centro as famílias tem condições, as mães são alfabetizadas, tem até curso superior, elas tem condições de ensinar o filho, porque o método global é um método em que a criança tem que ter ajuda em casa”. Já na escola de periferia a professora não tem boas recordações do trabalho com o método global. “foi uma experiência muito negativa, muito ruim, porque lá eles estavam usando o método global e lá as mães dos alunos eram quase todas analfabetas, as que não são analfabetas são semi-analfabetas, elas não tinham condição de treinar o aluno” (ROMANO, 04/05/2009)

No entanto, para quatro professoras, dentre as nove que entrevistamos, a defesa do método global foi irrestrita. Dessas quatro professoras, duas iniciaram suas carreiras ainda na década de 1930, no momento em que o método global de contos foi prescrito pelo governo mineiro, sendo que outras duas iniciaram sua atividade docente na década de 1960. No discurso dessas defensoras do método global não havia restrições para sua aplicação, posto que os resultados da alfabetização fossem qualitativamente melhores com o uso dessa metodologia, que privilegiava a compreensão e o sentido, desde o início do processo de ensino. Havia um reconhecimento de que o método global era complexo e trabalhoso, pois se organizava por uma série de etapas de trabalho e demandava pelo apoio familiar na memorização das lições e na organização do material didático de apoio às atividades escolares. “O método global era muitas vezes criticado por ser difícil. Para crianças com mais dificuldade tornava-se mais longo o processo” (BRAGA, 15/05/2009). Havia também uma percepção de que o processo de alfabetização das elites e das camadas populares era diferente:

Na verdade, um aluno que tem biblioteca, com melhor alimentação, com pais que falam certo e tem acompanhamento dos pais ninguém desconhece que ele tinha maior desempenho, mas havia muita surpresa. Para todos os alunos se desenvolvia o mesmo planejamento e se aplicava a mesma avaliação. (BRAGA, 15/05/2009)

No entanto, os resultados eram superiores aos obtidos com a adoção de metodologias sintéticas, mesmo para os alunos das camadas populares. Por esse

raciocínio, na condição de diretora do Grupo Escolar Gonçalves Chaves, a professora não admitia a adoção de outra metodologia de alfabetização e avaliação dos alunos:

Partimos do ponto de vista de que cada um deve ter direito a suas idéias e suas experiências, que é preciso respeitar. Mas se um aluno mais privilegiado, mais bem dotado chegar ao final do ano com 80, 90 ou 100% de aprendizagem e o menino da periferia, menos privilegiado, chegar a 50%, nessa mesma programação, era melhor do que aplicar dois tipos de avaliações (BRAGA, 15/05/2009).

Para uma professora que iniciou seu trabalho no Grupo Escolar Gonçalves Chaves, “é mais fácil [alfabetizar] nas escolas do centro porque tem a ajuda, assistência dos pais, pois tinha que treinar em casa as lições para se chegar ortografando e seguir em frente e os alunos carentes não tinham quem ajudá-los”. Também considera que, com empenho e competência a professora é capaz de obter bons resultados com todos os alunos. No seu depoimento relembra: “Entre em sala de alunos mais carentes, que ainda escreviam espelhado, de trás para frente, comecei a trabalhar o pré-livro, primeiro consegui a disciplina”. No entanto, no teste de leitura aplicado pela diretora no mês de junho, os “meus meninos estavam lendo correntemente como a sala de Ieda Romano”, que era considerada a melhor turma do Grupo Escolar Gonçalves Chaves (LIGIA, 2009).

Como pode ser verificado a partir das entrevistas das professoras, a aplicação do método global necessitava de auxílio da família, principalmente na realização dos deveres escolares e na memorização dos textos. O problema poderia estar em não haver tempo para auxiliar os seus filhos, ou mesmo a falta de conhecimento sobre o sistema de escrita, pois segundo as professoras, em sua maioria, os pais eram analfabetos. Algumas das entrevistadas ressaltaram a grande pobreza que havia nas classes populares, fator que, segundo elas, dificultava o bom rendimento dos alunos nas escolas. O material que elas adotaram foi, na maioria, o “*Livro dos Três Porquinhos*”, mas algumas professoras, que trabalharam a partir da década de 1930 utilizaram o “*Livro de Lili*”.

Ao falarem sobre método global, as professoras têm boas recordações, principalmente no que diz respeito ao material didático. Os pré-livros vinham acompanhados de cartazes e de fichas para auxiliarem as professoras em seu trabalho com alfabetização. Segundo as professoras entrevistadas, o método global necessitava de muito treinamento em casa, de organização e disciplina nas tarefas escolares, e daí o método global não apresentar bons resultados nas escolas de periferia. Em casa as crianças oriundas das camadas populares não encontravam um bom ambiente de

aprendizagem capaz de ajudá-las a aprender a ler e a escrever, pelo menos não com o método global. Já as crianças de classe média apresentaram bons resultados no aprendizado da leitura e da escrita com o método global, por encontrarem apoio em casa no que diz respeito às lições escolares.

CONSIDERAÇÕES

O problema da leitura e da escrita em nosso país é preocupa professores, gestores e estudiosos, pois as pesquisas e os dados estatísticos que indicam os índices de alfabetização e os níveis de letramento não são animadores. No entanto, pode-se verificar descontentamento por parte do governo em carregar esse problema que se arrasta por várias décadas e, como não poderia ser diferente, diversas ações para enfrentar este problema foram tomadas. Vários programas e métodos de alfabetização no Brasil já foram adotados e o problema ainda persiste. Notadamente os problemas da educação brasileira de hoje não são os mesmos da educação brasileira da década de 1930-40. Mas ainda existem preocupações que se assemelham, como o problema estrutural, metodológico e a falta de investimentos na educação como um todo.

Neste trabalho de pesquisa, além de poder verificar os esforços e tentativas de redução do grande número de analfabetos no Brasil através de reformas, pode-se perceber que os profissionais da educação enfrentaram muitas dificuldades na realização do seu trabalho. O que chama a atenção é a dedicação que as professoras demonstram ao longo de suas carreiras.

As alfabetizadoras montes-clarenses se mostraram muito preocupadas em adequar o método de alfabetização com a condição social das crianças que elas educavam. Pelas entrevistas das professoras foi possível verificar que apesar do método global ter sido prescrito para as escolas mineiras, a partir da Reforma Francisco Campos, as professoras adotaram a metodologia, fazendo os ajustes e adaptações que consideravam adequadas. O abandono do método global na década de 1970, o retorno às metodologias sintéticas e a procura de outros métodos de alfabetização demonstra a preocupação das professoras em alfabetizar as crianças, mesmo enfrentando dificuldades impostas pelas condições sociais desfavoráveis. Demonstra ainda que, mesmo havendo resistência, as professoras procuram seguir as determinações oficiais e adotarem as metodologias e orientações apresentadas pelo governo.

FONTES DOCUMENTAIS

ALBUQUERQUE, M. A. Entrevista realizada em 01 de junho de 2009

ALMEIDA, M. C. Entrevista realizada em 29 de abril de 2009

BARBOSA, L.de S. Entrevista realizada em 14 de maio de 2009

BRAGA, M. L. L. Entrevista realizada em 15 de maio de 2009.

CONTE, Alberto. Porque a Escola Nova é uma revolução pedagógica. *Gazeta do Norte*. Ano XVI. nº 912. 05 de maio de 1933.

MACIEL, O. T. C. Entrevista realizada em 04 de maio de 2009.

OLIVEIRA, Júlio. O systema Decroly. *Revista do Ensino: Órgão Oficial da Inspeção da Instrução*. Belo Horizonte Ano III. nº 26. Outubro de 1928.

ROMANO, I. Entrevista realizada em 04 de maio de 2009.

SANTOS, Helena. Columna pedagógica. O pré-livro e a globalização. *Gazeta do Norte*. Ano XV. nº 855, 18 de março de 1933.

SOUTO, A. P.B. Entrevista realizada em 22 de maio de 2009.

SOUZA, M. I. B. Entrevista realizada em 05 de junho de 2009.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Marta Maria. A educação tradicional e a educação nova no ‘Manifesto dos pioneiros’. In: XAVIER, Maria do Carmo (org). *Manifesto dos pioneiros da educação: um legado educacional em debate*. Rio de Janeiro: editora FGV, 2004. p.131-146.

COOK-GUMPERZ, Jenny. Alfabetização e escolarização: uma equação imutável? In: COOK-GUMPERZ, Jenny (org.). *A construção social da alfabetização*. Porto Alegre: Artmed, 1991. p. 27-57.

DE LORENZO, Helena Carvalho e COSTA, Wilma Peres da (orgs.) *A década de 20 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.

FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva e MACIEL, Francisca Isabel Pereira. O Livro de Lili em Minas Gerais: hegemonia didática e suas influências. In: FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva e MACIEL, Francisca Isabel Pereira. (org). *História da alfabetização: produção, difusão e circulação de livros (MG/RS/MT – Séc. XIX e XX)*. Belo Horizonte: UFMG/FAE, 2006. p. 95-116

GRAFF, Harvey J. *Os labirintos da alfabetização: reflexões sobre o passado e o presente da alfabetização*. Porto Alegre: Artmed, 1994

MACIEL, Francisca Isabel Pereira. O Livro da Lili em Minas Gerais: hegemonia didática e suas influências. In: FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva e MACIEL, Francisca Isabel Pereira (Org.). *História da Alfabetização: produção, difusão e circulação de livros (MG/RS/MT – Séc. XIX e XX)*. Belo Horizonte: Ceale/UFMG/FaE, 2006, p. 66-95.

YAZBECK, D. C. Sacra bandeira e verde louro: algumas práticas dos grupos escolares. In.: ROCHA, M. B. M; YAZBECK, D.C.M (Org.). *Cultura e história da educação: intelectuais, legislação, cultura escolar e imprensa*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2009.

VAINFAS, Ronaldo. História das mentalidades e história cultural. In.: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 127-162

VELOSO, G. M. A missão “desanalfabetizadora” do jornal Gazeta do Norte, em Montes Claros, 1918-1938. Tese de doutorado. Belo Horizonte: Faculdade de Educação/UFMG, 2008.

VIDAL, D. G e FARIA FILHO, L. M. de. *As lentes da história: estudos de história e historiografia da educação no Brasil*. Campinas/SP: Autores Associados, 2005.